



Anais da Assembléia

N.º 141

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1984.

(Quinta-Feira)

Presidência do Senhor: Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Dirceu Manfrinato.

À hora regimental a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hemmas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n.º DTL/208/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei Complementar n.º 235/84, o qual convertido em Lei Complementar n.º 24.

Anot-se. — Arquite-se.

Sob os n.ºs DTL/209 a 223, 225 a 229/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs 315, 311, 314, 316, 252, 288, 161, 156, 191, 186, 195, 171, 187, 246, 167, 169, 166, 209, 267, e 229/84, os quais convertidos em Lei tomaram os n.ºs 7.982, 7.983 a 7.996, 7.998 a 8.002.

Anot-se. — Arquite-se.

Sob o n.º DTL/230/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, por julgá-lo inconstitucional.

À Comissão de Constituição e Justiça,

Sob o n.º DTL/231/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.º 214/84, por julgar a parte Vetada contrária aos interesses do Estado.

À Comissão de Constituição e Justiça,

Sob o n.º DTL/166/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei Complementar n.º 159/84, o qual convertido em Lei Complementar n.º 22.

Anot-se. — Arquite-se.

Sob o n.º DTL/181/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n.º 107/84, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.956.

Anot-se. — Arquite-se.

MENSAGEM N.º 290/84

Curitiba, 20 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Através do presente expediente venho à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências que se fizeram necessárias no sentido de que a Mensagem n.º 175/84, com o respectivo anteprojeto de lei, seja restituída a este Poder Executivo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, sejam dispensados da Redação Final os Projetos de Lei n.ºs 377/84, 379/84, e 328/84, constantes da Ordem do Dia desta Data, oriundos das Mensagens Governamentais n.ºs 285/84, 288/84 e 237/84, respectivamente.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em data de 17 do corrente, na cidade de Marumbi, do Sr. DIOGO EGEIA BENITEZ.

Tal passamento vem de consternar a sociedade de Marumbi, tendo em vista os grandes laços de amizade do extinto junto àquela comunidade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata da sessão plenária de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador de Jandaia do Sul, Sr. João Dias, ocorrido dia 19 de dezembro do corrente ano.

O extinto era pai da ex-Vereadora e professora Inez Dias Furrier, residente em Jandaia do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(aa) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício a Excelentíssima Sra. GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a liberação de recursos financeiros para a execução de reformas na Escola Padre Cirilo — Ensino de 1º Grau, no Município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento aos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente da Associação de Pais e Mestres, da referida Escola, no mencionado município.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício n.º 447/84, firmado pelo Prefeito Municipal de Capanema e pelo Presidente da APM da Escola Padre Cirilo, o referido estabelecimento de ensino, o mais antigo e maior do Município, foi construído em local de elevado declive, com muito fluxo de águas pluviais, o que vem prejudicando o estado de conservação do prédio. Outrossim, a quadra de esportes encontra-se igualmente em condições precárias, não oferecendo condições para a prática de educação física, sendo necessário portanto, a reforma da quadra de esportes, pintura da escola, construção de vestiário e construção de muro.

Não dispondo de recursos financeiros para as obras necessárias, a Prefeitura se propõe, entretanto, a auxiliar com os serviços de mão de obra, contando desde logo com o atendimento urgente da Secretaria de Estado da Educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado requerimento, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, apelo para que a Assistência Jurídica gratuita seja ampliada também para as causas trabalhistas, estendendo o benefício e o direito de Justiça e uma grande parte da nossa população.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

Têm sido de grande valia os serviços que vêm sendo prestados pela Assistência Jurídica, órgão vinculado

à Secretaria de Estado da Justiça, atendendo gratuitamente uma grande faixa da população constituída de trabalhadores, desempregados e subempregados que não conseguem nem ao menos suprir as necessidades básicas de sobrevivência de suas famílias, quanto mais constituir advogado, quando lesados em seus direitos.

Nossa história, tem como constante e discriminatória da classe trabalhadora, desde o período colonial até os nossos dias; foram breves os momentos em que se vislumbrou uma possibilidade de justiça social.

O arbítrio da Revolução de 64, abriu chagas ainda mais profundas sobre as diferenças de classe que vinham sendo oficializadas e fortalecidas pelos interesses capitalistas.

A política trabalhista atual é de descaso e omissão com relação às condições de trabalho o produto está acima do produtor de sempre.

Os dispositivos legais que facilitam a dispensa injustificada e o mecanismo da rotatividade da mão-de-obra, provocaram o arrocho salarial e a instabilidade no emprego.

A ausência de fiscalização e regulação das condições de salubridade e periculosidade do trabalho, fazem do trabalhador brasileiro a vítima não indenizada, dos acidentes e das doenças induzidas.

A falta de organização sindical e a desinformação agravam o triste cenário das filas da previdência social completamente falida, funcionando como um organismo anêmico que ironicamente fornece receitas e recomenda boa alimentação.

São inúmeros os casos dos trabalhadores incapacitados por acidentes de trabalho que esperam anos pela aposentadoria ou são demitidos antes de conseguí-la.

São inúmeros casos de trabalhadores envenenados por produtos químicos de alta toxicidade, na lavoura, nas fábricas, ou na construção civil.

Por essa razão e por termos constatado a frequência com que procuraram os gabinetes parlamentares é que apelamos para que a Assistência Jurídica da Secretaria de Estado da Justiça, amplie a abrangência dos serviços que vem prestando, também para as causas trabalhistas.

É o Benedito, jovem que perdeu a perna nas estruturas gigantescas de Itaipu e não recebeu nem mesmo o fundo de garantia.

A empresa (Transa) não depositara e ainda avisou: Se reclamar, te ponho no hospício.

É a Genir, cobradora de ônibus que sofreu acidente de trabalho, ficando incapacitada.

Estava despedida ao voltar do hospital. A "Cristo Rei" despediu-a, antes que tivesse alta.

É AQUELE LAVRADOR QUE FICOU PARALÍTICO, O OUTRO QUE FICOU CEGO. HOUE ATÉ UM QUE DE PRETO FICOU BRANCO, POR CAUSA DOS AGROTÓXICOS E ESPERAM ATÉ HOJE PELAS SOLUÇÕES. MAS NÃO HÁ CULPADOS.

— Foi azar; dizem os patrões.

Venho de ouvir muitos casos de trabalhadores que depois de muito peregrinar, chegaram ao nosso gabinete com os documentos rotos embrulhados num saco plástico.

Se os guardaram por tanto tempo, se procuraram as instituições é por que acreditam na justiça, têm esperança.

Por esse motivo apelamos ao Excelentíssimo Senhor

Secretário da Justiça; Dr. Horácio Raccanelo, para que estenda também às causas trabalhistas, a Assistência Jurídica gratuita, que vem prestando tanto benefício a população carente do nosso Estado nas Varas Cíveis da Família e do Menor.

Mesmo sabendo que a ação reclamatória trabalhista não tem custas e não necessita ser representada por advogado, a experiência nos mostra que, se não houver assistência jurídica eficiente, o trabalhador ficará entregue ao azar ou passará a vida aguardando ser sorteado pela burocracia ministerial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, doutor José Richa, solicitando providências urgentes para o término da construção do Hospital Regional de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Paralisadas há algum tempo, as obras de construção do Hospital Regional de Cascavel estão sofrendo um processo progressivo de deterioramento, comprometendo tudo o que até agora já foi construído. Além de salvar o interesse público pelas enormes somas já dispendidas até o estágio atual das obras, o Hospital Regional de Cascavel é de vital importância para toda região Oeste do Estado, pelo que representa pela indiscutível melhoria da situação de saúde da população regional, mormente a mais carente. Ou que defina o Governo do Estado qual destinação será dada àquele imóvel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, pedindo urgência nas providências de recuperação da bacia de captação de água que serve à população de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O excesso de barro e destritos concentrados na bacia de captação de água da SANEPAR em Cascavel é responsável pela má qualidade da água com que é abastecida a população daquele município, provocando generalizadas e justas reclamações dos consumidores, uma vez que a própria saúde humana é colocada em risco. Também as tubulações mais antigas, que expõem ferrugem, e a bacia de decantação fazem por merecer reparos técnicos por parte da SANEPAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios às Presidências dos Tribunais de Justiça e de Contas do Estado, bem como à Secretaria de Finanças, destinando-se

uma via à Presidência desta Casa, a fim de que os setores encarregados de confeccionar as folhas de pagamento dos servidores públicos façam constar o número do CPF ou CGC das Pessoas Físicas ou Jurídicas favorecidas com descontos durante o corrente exercício, na forma prevista pelo art. 2º da Lei Complementar n.º 17, de 27 de outubro de 1.983, bem como, especifiquem, em separado, os valores dos descontos relativos ao Imposto de Renda em cada trimestre de 1.985, em razão da nova sistemática adotada pela Receita Federal para as declarações do mencionado tributo.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade alertar as autoridades a quem é dirigido, sobre as mudanças procedidas pela Receita Federal no tocante às declarações do Imposto de Renda e facilitar aos servidores públicos do Estado, bem como à administração, a adequação do documento básico que é fornecido pela fonte pagadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado, Des. ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado e Dr. JOSAPHAT LONA CLETO, Procurador Geral da Justiça, sugerindo-lhes a elaboração e encaminhamento de planos de lei a esta Casa, pelos quais se possibilite reajustar os vencimentos da Magistratura e do Ministério Público, bem como reduzir a diferença de Entrância para Entrância de 10% (dez por cento) para 5% (cinco por cento), através dos seguintes dispositivos:

"Art. ... — O Chefe do Poder Executivo poderá, por Decreto, reajustar os valores dos vencimentos especificados nas Tabelas do Anexo II, bem como das verbas de representação de que trata o art. 15 da Lei n.º (... Lei do Aumento...), dentro dos limites permitidos pela legislação federal e desde que haja disponibilidade orçamentária.

Art. ... — Os incisos II e III do § 3º do Art. 76 da Lei n.º 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76 —

... ..

§ 3º —

... ..

II — Os Juizes de Direito de Entrância Final auferem 95% (noventa e cinco por cento) dos vencimentos dos juizes do Tribunal de Alçada.

III — A seguir, a diferença de vencimentos dos juizes de Direito, de uma para outra Entrância, é de 5% (cinco por cento).

Art. ... — Os §§ 2º e 3º do Art. 65, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968, com a redação dada pelo Art. 1º, da Lei de n.º 7.073, de 28 de dezembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65 —

... ..

§ 2º — A diferença dos vencimentos dos Membros

do Ministério Público de primeira instância, de uma para outra Entrância é de 5% (cinco por cento).

§ 3º - Os Promotores de Justiça e Curadores de Entrância Final perceberão 95% (noventa e cinco) por cento dos vencimentos atribuídos ao Procurador Geral da Justiça”.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Na recente majoração de vencimentos do funcionalismo público do Estado, com exceção dos integrantes das carreiras de Magistratura e do Ministério Público, nenhum outro servidor recebeu reajuste inferior à variação do INPC no período (75%).

Naquela oportunidade, tentamos sanar o problema através da apresentação de emenda ou Mensagem Aditiva, mas, a exigüidade de tempo não permitiu que a solução ideal fosse encontrada, embora tanto por parte do Executivo quanto da Magistratura ou do Ministério Público, tivéssemos encontrado melhor receptividade para que sugestão similar fosse acatada.

Tendo em vista que o problema continua latente e os integrantes dos cargos iniciais daquelas carreiras continuam em precária situação econômica, solicitamos que as providências sejam tomadas com a devida urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento, assim redigido. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Senador César Cals, e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, consubstanciado em apelo no sentido de que não sejam repassados para os usuários os custos de investimento e de implantação do novo sistema de cobrança das tarifas de consumo de energia elétrica - tarifas diferenciadas.

Tal apelo justifica-se por si mesmo, visto que cabe ao Estado servir à população e não repassar-lhe o custo de todos os seus serviços.

Urge que a ELETROSUL e a COPEL estabeleçam gestões, convênios ou qualquer outra iniciativa que evite onerar os usuários com os custos dos investimentos e da implantação do novo sistema.

Requeiro ainda que se envie cópia do inteiro teor deste requerimento, inclusive, a justificativa, às autoridades supra mencionadas.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

De tempos em tempos, vemos rolar pelo

País determinadas frases de efeito psicológico, criadas para circular no espírito da Nação ou no espírito do povo, frases que resumem em si uma filosofia de vida, um modo de comportamento.

No fim da década de 70, o Brasil começou a ouvir uma dessas frases, que ainda hoje, vem se repetindo aos nossos ouvidos: “apertar os cintos”.

Ela não vem ferindo apenas os ouvidos do povo. Vem ferindo, o que é muito pior, o bolso do povo.

“Apertar os cintos” significa que o povo deve privar-se de gozar os benefícios do progresso, deve sacrificar-se, sacrificar sua segurança, seu bem estar, para cobrir os desacertos do Governo.

Administração onírica, de sonhos grandiosos imediatistas, de obras faraônicas de custos altíssimos, tem, em consequência, imposto grandes sacrifícios ao povo brasileiro, Transamazônica, Itaipu, Usinas Nucleares, sedes majestosas de Companhias Estatais, espalhadas pelas grandes cidades de todo o Brasil, só podiam trazer ao nosso País o elevadíssimo ônus financeiro, do qual, hoje, padece a Nação.

Para agravar a situação, na falta de recursos para cobrir essas imensas despesas, o Governo decide buscar dinheiro emprestado nos bancos estrangeiros, tomados a custos altíssimos.

Para enfrentar esse descabro, o Governo soube, até aqui, pedir ao povo: paciência e que aperte os cintos.

“Apertar os cintos” tem significado: trabalhar mais e ganhar menos; sem escolas, sem alimentos, sem casa própria, às vezes até sem emprego, “apertar os cintos” significa suportar nas costas o peso dos impostos e das taxas e submeter-se a todos os sacrifícios, com os quais o Governo espera compensar seu aodamento e seus erros.

Falo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque, agora a ELETROSUL e a nossa COPEL acabam de impetrar mais uma ação de tirar o dinheiro do povo, em troca de argumentos técnicos absolutamente dispensáveis.

Tenho recebido, inclusive, diversas queixas de nossa população, não poupando severas críticas aos homens do Governo, por inventarem mais uma forma de sangrar os já minguados bolsos dos usuários dos serviços públicos.

Refiro-me ao novo sistema de cobrança das tarifas de energia elétrica, ora em implantação, chamado de sistema de tarifas diferenciadas. Essa invencionice dos tecnocratas, já impostas às grandes e médias empresas industriais, deverá estender-se brevemente, a todos os estabelecimentos comerciais e a todas as residências. Repito, a partir de 1985, será, gradativamente, instalado esse novo sistema de pagamento da tarifa de energia elétrica, que poderá ser ainda mais cara ao consumidor, dependendo da hora do consumo e da estação do ano.

Os tecnocratas já o batizaram com o pomposo nome de racionalização horo-sazonal do consumo de energia elétrica. E o que significa essa imponente terminologia? Significa que a população, sob pena de pagar mais caro, não poderá usar energia elétrica quando precise ou quando julgar conveniente, mas, sim, nas horas e nas estações do ano, que o Governo assim determinar. Isto significa, obviamente, que a população será tolhida, mais uma vez, em suas necessidades, impedida de usar energia elétrica

justamente nas horas em que dela mais precisa, no chamado horário nobre, das 18:00 às 21:00 horas e nos chamados meses secos, de maio a novembro. Portanto, por mais de meio ano e em todas as horas, é a indesejável presença do Estado invadindo a decisão das pessoas e das famílias.

Por outro lado, porque não se instalou totalmente o novo sistema? Porque a COPEL está aguardando a fabricação suficiente e a instalação dos novos medidores.

E é aí, mais uma vez, que o espoliado poderá ser o povo.

Os novos medidores são caríssimos e exige alto investimento.

São aparelhos sofisticados: micro-processadores de memória digital.

E quem paga esses novos medidores? Quem paga é obviamente o povo.

Mas, não é só isso. Quem paga a instalação dos novos medidores? Quem paga é o usuário, isto é, mais uma vez, o povo.

O mesmo usuário, que já tem luz elétrica em seu estabelecimento ou em sua residência, vai pagar, indiretamente, o investimento, e, diretamente, a instalação (muro de cimento e caixa de aço) dos novos medidores, e já ameaçado de pagar o consumo mais caro se não submeter-se às "orientações" do Governo.

Não é possível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o povo continue pagando pela fértil criatividade dos tecnocratas.

O Governo, sabemos, tem justificado o novo sistema de tarifas de energia elétrica diferenciadas com "o objetivo de aumentar o nível operacional das usinas geradoras e dos circuitos elétricos, retardar investimentos e diminuir os custos de operação", conforme declarações do Engenheiro Roberto Bitu, Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Mas, Senhor Presidente, se o negócio é economicamente bom para o Governo, tem que ser, necessariamente, bom para o povo. E só será bom para ambos, se não acarretar novos gastos, novas despesas sobre os ombros, já doloridos, do consumidor.

Daí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o apelo que faço à COPEL, através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e à ELETROSUL, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, no sentido de eternarem gestões que visem não repassar para os usuários, os custos do investimento e da instalação do novo sistema de tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O reconhecimento do trabalho desenvolvido em favor do aperfeiçoamento das atividades políticas nem sempre é manifestado com ênfase junto aos benefícios desses esforços, que engrandecem o cidadão e contribuem para o fortalecimento das nossas instituições. Instituições que, em momentos

de crise, evidenciam e sua fragilidade. E podemos afirmar que as nossas instituições, em diversas oportunidades, têm sido freqüentemente abaladas que deixa vislumbrar a possibilidade de extirpá-lo da nossa convivência democrática.

Pode-se proclamar, hoje, no Paraná, a existência do reconhecimento público àqueles homens que têm feito da sua atuação cotidiana um trabalho permanente pela distribuição da justiça, pela busca incessante do progresso e do desenvolvimento, para que o homem desfrute de bem-estar social e o nosso Estado seja essa extraordinária afirmação de amor ao trabalho, de busca da paz e desenvolvimento econômico.

Tudo isso constitui um universo, no centro do qual gravita o homem numa luta incansável para que possam ressoar em todos os cantos os seus desejos e aspirações. E Vossa Excelência, Senhor Presidente, é um desses homens que estão a receber o reconhecimento dos seus concidadãos. Reconhecimento justo e merecido. Justo por que engrandece aqueles que sabem reconhecer o trabalho pelo bem comum. Merecido por que Vossa Excelência soube trabalhar em favor daquela instituição que estava a exigir mudanças para melhor cumprir sua função de ressonância da sociedade.

Sob a sua presidência, a Assembléia Legislativa do Paraná conheceu um novo período de aperfeiçoamento dos seus serviços de apoio à atividade legislativa. Soube desempenhar a sua principal função, que é a de fiscalizar os atos do Executivo, sem descuidar a atividade legiferante. A modernização dos serviços de apoio à atividade legislativa permitiu que os trabalhos desta Casa fossem não apenas aperfeiçoados, mas também impulsionados com a celeridade que a sociedade exige. Valorizou-se não só a individualidade dos componentes desta Casa de Leis e também a dos seus servidores, propiciando-lhes oportunidades de treinamento e assimilação de novas técnicas de trabalho. Abriu-se esta Casa a uma maior aproximação com todos os segmentos da sociedade civil. Manteve-se um ritmo intenso de trabalho, o que se constata pelas estatísticas do que aqui se fez sob a sua presidência. Promoveram-se fóruns de debates, mesas redondas, seminários, conferências, encontros políticos, concentrações populares, enfim dialogou-se com o povo. Estabeleceu-se o grande diálogo. Diálogo necessário, imprescindível para a valorização do Poder Legislativo. Até concursos públicos para preenchimento de cargos de redatores e jornalistas foram realizados, restabelecendo-se uma prática salutar e moralizadora no serviço público. Manteve-se a harmonia com os Poderes Executivo e Judiciário, numa sadia convivência democrática. Em tudo isso, valorizou-se o Legislativo. Fortaleceu-se essa Instituição. Ganhou o Paraná. Beneficiou-se o seu povo. A democracia deu um grande passo para a sua afirmação definitiva em nossa terra. Por tudo isso, eu me congratulo com o povo paranaense pela escolha do Presidente Trajano Bastos como "O Político do Ano", na promoção desse vibrante jornal do nosso Estado, que é o "DIÁRIO POPULAR". Por tudo, que fez como Presidente da Assembléia Legislativa, Vossa Excelência, Deputado Trajano Bastos, engrandeceu-se ainda mais perante os seus concidadãos. Soube honrar a tradição da gente guarapuavana. Dignificou o seu mandato. Engrandeceu esta Casa. Receba os nossos

parabéns!

Muito obrigado”.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Trajano Bastos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero registrar, desta tribuna, os cumprimentos à Comissão Organizadora do 2.º Campeonato Pontagrossense de Futebol de Pelada, pela realização do Torneio “Peladão 84”, em 1.ª Copa Poupança Bamerindus, e pela expressiva festa de encerramento, no último dia 17, quando confraternizaram-se e participaram da outorga de prêmios aos campeões e participantes, uma plêiade de pessoas, dos mais diferentes segmentos da sociedade pontagrossense. E, creio que este evento deva ser destacado; acima de tudo, pela iniciativa do jornalista, do homem do esporte amador, Nelson Cornel, que, adotando desde 1970, especificamente na Capital do Estado, propõe-se agora, a estendê-la a todo o interior paranaense.

Quero destacar que essa iniciativa, pela própria identidade, com a cultura do nosso povo, manifestada pelo gosto à prática do futebol, e como estende-se a diferentes segmentos da comunidade, a setores de atividade humana, guarda um profundo sentido de integração social.

No presente ano, essa promoção ocorreu simultaneamente, em Curitiba em Ponta Grossa, em Paranaguá e em Maringá. É do interesse dos promotores dessa feliz iniciativa, a partir do ano de 85 estendê-la também, às cidades de Foz Iguaçu, Cascavel, Londrina, Umuarama, e Paranaíba em um 2.º estágio, possibilitando-se a partir daí então, estender-se a outras regiões do Estado, que venham eventualmente se mostrar interessadas em participar dessa programação esportiva e amadora.

Assim ocorrendo, pela capacidade que têm de mobilização, essa programação amadorística paranaense deverá alcançar proporções que viabilizarão por certo, dentro de pouco tempo, a Organização da Federação Paranaense de Futebol de Pelada, constituindo-se, desta forma, na 1.ª Organização Nacional no gênero.

Quero também destacar aqui, o pioneirismo do jornalista, e homem do esporte amador, Nelson Cornel, quando em 1970 se apercebeu das repercussões que alcançaria tal promoção, e passou então a desenvolvê-la aqui na Capital do Estado, e agora pela sua repercussão e pelo seu significado têm eles a pretensão de estendê-la ao interior paranaense.

Deve ser destacada também, a base de participação das empresas privadas nessa iniciativa, e que vem ganhando corpo e que haverá de se impor sempre, e cada vez, mais no contexto do esporte amador do Paraná e do País, como uma feliz iniciativa que coloca mais uma vez o nosso Estado na vanguarda de atividades que objetivam a integração social, a promoção do homem e a divulgação do bem-estar do povo através da prática salutar do esporte.

Quero, portanto, na condição de Deputado

da Região dos Campos Gerais, sensibilizado por essa iniciativa, deixar aqui registrado, os nossos profundos reconhecimentos ao Banco BAMERINDUS, a Ricardo Kossatz S/A., à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e como coordenador local dessa promoção, o desportista, Antônio Fernando.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O momento de grande expectativa que vive a classe política do Paraná tradicionalmente ocorre ao final de cada ano, pois há 21 anos, o conceituado jornal “Diário Popular”, procede a escolha dos “Melhores do Ano”.

Dai a expectativa em toda a classe política e ontem, mais uma vez, o “Diário Popular” apontou para a opinião pública, os melhores do ano na política e nas diversas atividades sociais do nosso Estado.

Nesta oportunidade queremos louvar a feliz idéia, a feliz iniciativa, a justiça no critério de escolha daqueles que foram apontados na edição do “Diário Popular”, inclusive o nosso Presidente Trajano Bastos e dizer que é uma escolha realmente séria e por essa razão, nós queremos da tribuna do Parlamento do Paraná, parabenizar o jornalista Jorge Kudry nosso querido companheiro de trabalho na Assembléia Legislativa, que tanto tem auxiliado os Deputados na divulgação de suas atividades e também o irmão do jornalista Jorge Kudry, o jornalista Abdo A. Kudry, Diretor Presidente do “Diário Popular”.

Dizer que esse jornal, mais uma vez, está de parabéns, pois mal termina a escolha e já há aqueles que começam a se preparar na tentativa de serem os escolhidos na edição do ano seguinte.

Tudo isso em razão, naturalmente, da seriedade e da justiça com que o “Diário Popular”, através de pesquisa, de sondagens e de levantamentos, faz a escolha dos melhores do ano.

Parabéns ao jornalista Jorge Kudry, parabéns ao jornalista Abdo Kudry, parabéns àqueles que foram escolhidos e dizer que essa escolha, vem valorizar e engrandecer muito o trabalho da classe política do Paraná.

Parabéns, portanto, àqueles que com carinho cuidam, há 21 anos dessa escolha dos “Melhores do Ano” do “Diário Popular”.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desde o ano passado, a Prefeitura de Cascavel tenta junto ao Governo do Estado, uma solução para o problema educacional, 1.º e 2.º graus naquele município.

Cascavel é o município que arca proporcionalmente com a maior carga de ensino de 1.º e 2.º graus.

Dos 33 mil alunos existentes na rede pública municipal pelo Estado do Paraná, ao passo que

26 mil são da responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Ao mesmo tempo, para se ter uma idéia da distorção existente, Maringá arca com apenas 9% do total da rede pública de ensino de 1.º e 2.º graus, e o Estado com 91%.

Londrina arca com 30% o município, e o Estado gasta lá o equivalente a 70% dos gastos com educação.

Em virtude dessa situação, desde o ano passado vem a Prefeitura de Cascavel reivindicando uma participação mais efetiva do Estado na educação. E conseguimos uma pequena ajuda. Dos 400 milhões gastos o ano passado com 1.º e 2.º graus, o Estado repassou 10 parcelas de 14 milhões de cruzeiros. Neste ano de 85, a Prefeitura agora afunilou as conversações e procurava fazer com que o Estado assumisse 13 escolas de 1.º e 2.º graus, assumindo mais de 10 mil alunos, ficando praticamente 50% com o Estado e 50% com a municipalidade.

Tenho acompanhado e nos últimos dois meses, quase que semanalmente tenho feito contactos com a Secretaria de Educação e em todas essas oportunidades a Secretária Gilda Poli, Professor Luiz Alberto, todos enfim daquela Secretaria têm dito da intenção da Secretaria em estabilizar ou repassar recursos porque reconhecem a situação de excepcionalidade do Município de Cascavel.

Venho à tribuna hoje, Senhor Presidente, por não concordar com a declaração da Secretária Gilda Poli, que após dois meses de informações a mim prestadas e por mim repassadas a Cascavel, fez com que eu me sentisse enganado, porque nesta semana, no Município de Cascavel, participei de reunião dizendo da intenção do Senhor Governador que a mim falou da sua preocupação, e da intenção, e da preocupação em resolver o problema.

Informando também da preocupação da Secretaria em reunião pública ao dizer isto. Fui desmentido publicamente em um telefonema da Secretária Gilda Poli ao Prefeito Tolentino, afirmando a intenção da Secretaria, ora, quando muito, corrigir os parcos recursos enviados em 84 para aquele município.

Por diversas vezes me afirmou ao contrário e tive o desprazer de sentir que perdi meu tempo nestes dois meses e de publicamente ser desmentido, após tantas afirmativas que repassei, pois acreditei na boa intenção e nas palavras da Secretária.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, lastimo ter que vir à tribuna, mas não poderia junto aos meus companheiros de Cascavel, de braços cruzados, assistir um desmentido grave como foi esse. O meu repúdio portanto, a esta atitude, que não é a atitude de quem quer resolver os problemas e sim criar dificuldades dentro do município como para com aqueles que lutam pelos interesses dos seus municípios.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inscrito estava para refutar ao Deputado

Anibal Khury. Todavia, com a retirada, por parte do Governo, do Projeto de Lei n.º 222, Mensagem Governamental, eu prefiro não fazer desta tribuna palco para retaliações pessoais. E até porque, por vezes, o silêncio é muito mais eloquente do que as palavras. (Lê):

"Têm sido de grande valia os serviços que vêm sendo prestado pela Assistência Jurídica, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, atendendo gratuitamente uma grande faixa da população constituída de trabalhadores, desempregados e subempregados que não conseguem nem ao menos suprir as necessidades básicas de sobrevivência de suas famílias, quanto mais constituir advogado, quando lesados em seus direitos.

Nossa história, tem como constante a discriminação da classe trabalhadora, desde o período colonial até os nossos dias; foram breves os momentos em que se vislumbrou uma possibilidade de justiça social.

O arbítrio da Revolução de 64, abriu chagas ainda mais profundas sobre as diferenças de classe que vinham sendo oficializadas e fortalecidas pelos interesses capitalistas.

A política trabalhista atual é de descaso e omissão com relação às condições de trabalho - o produto está acima do produtor, sempre.

Os dispositivos legais que facilitam a dispensa injustificada e o mecanismo da rotatividade da mão-de-obra, provocaram o arrocho salarial e a instabilidade no emprego.

A ausência de fiscalização e regulação das condições de salubridade e periculosidade do trabalho, fazem do trabalhador brasileiro a vítima não indenizada, dos acidentes e das doenças induzidas.

A falta de organização sindical e a desinformação agravam o triste cenário das filas da previdência social. E a desinformação existe hoje nesta Previdência Social. E a desinformação do trabalhador que muitas vezes não tem amparo, também o deixa por vezes na indigência da justiça social, completamente falida.

São inúmeros os casos dos trabalhadores envenenados por produtos químicos de alta toxidade, na lavoura, nas fábricas, ou na construção civil.

São inúmeros os casos dos trabalhadores incapacitados por acidente de trabalho que esperam anos pela aposentadoria ou são demitidos antes de conseguí-la.

Por essa razão e por termos constatado a frequência com que procuraram os gabinetes parlamentares é que apelamos para que a Assistência Jurídica da Secretaria de Estado da Justiça, amplie a abrangência dos serviços que vem prestando, também para as causas trabalhistas.

É o Benedito, jovem que perdeu a perna nas estruturas gigantescas de Itaipu e não recebeu nem mesmo no fundo de garantia.

A empresa (Transa) não depositara e ainda avisou: - "Se reclamar, te ponho no hospício".

É a Genir, cobradora de ônibus que sofreu acidente de trabalho ficando incapacitada.

Estava despedida ao voltar do hospital. A "Cristo Rei" despediu-a antes que tivesse alta.

É aquele lavrador que ficou paraplético, o outro que ficou cego, houve até um que de preto ficou branco, por causa dos agrotóxicos e esperam até

hoje pelas soluções.

Mas, não há culpados.

— Foi azar; dizem os patrões.

Venho de ouvir outros casos de trabalhadores que depois de muito peregrinar, chegaram ao nosso gabinete com os documentos rotos embrulhados num saco plástico.

Se os guardaram por tanto tempo, se procuraram as instituições é por que acreditam na justiça, têm esperança.

Por esse motivo apelamos ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça, Doutor Horácio Raccanelo, para que estenda também às causas trabalhistas, a Assistência Jurídica gratuita, que vem prestando tanto benefício à população do nosso Estado nas Varas Cíveis: da Família e do Menor.

Mesmo sabendo que a ação reclamatória trabalhista não tem custos e não necessita ser representada por advogado, a experiência nos mostra que, se não houver assistência jurídica eficiente, o trabalhador ficará entregue ao azar ou passará a vida aguardando ser sorteado pela burocracia ministerial".

(Lê Requerimento):

"Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado requerimento do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, apelo para que a assistência jurídica gratuita seja ampliada também para as causas trabalhistas, estendendo o benefício e o direito de justiça a uma grande parte da nossa população".

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende vosso requerimento.

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de me associar ao pronunciamento o devido respeito e homenagem ao Senhor Presidente Deputado Trajano Bastos, pela forma correta, firme que conduziu os trabalhos desta Assembléia Legislativa nestes dois anos.

Pela sua cautela, alto bom senso, conhecimento de parlamento e muitas e muitas vezes esta conduta ponderada evitou que esta Casa se degladiasse de forma mais abrupta, exatamente no momento em que precisávamos da pessoa de um verdadeiro capitão para serenar os ânimos.

Justa portanto, a homenagem ao Deputado Trajano Bastos prestada a Vossa Excelência na tarde de hoje nesta Casa de leis.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, pretendo neste final de ano legislativo de 1984 resgatar alguns assuntos que necessitam continuar na luta, no trabalho e na batalha da mente dos paranaenses.

Após uma movimentação em que o Paraná inteiro envolveu-se na defesa do seu mais legítimo interesse com relação à construção de usinas hidrelétricas, houve um tempo após esta reunião paranaense sobre barragens em que perdemos as notícias de jornal, de rádio, de televisão, em que paralizaram

os pronunciamentos e um assunto de uma importância tão grande como esse, poderá cair no esquecimento sem que tenhamos resultado concreto algum da manifestação legítima do povo paranaense.

Ainda ontem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ouvia eu pelo Jornal Nacional a movimentação dos patrícios do Rio Grande do Sul numa manifestação contrária à construção de aproximadamente 24 usinas no Rio Uruguai, uma delas na divisa com Santa Catarina, mais precisamente a usina de Itá, que após o fechamento de suas barragens irá alagar toda sede do município de Itá.

Nos causa estranheza, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o descaso que se alaga terras, povoações, cidades, florestas, estradas para construção de usinas hidrelétricas.

Causa-nos estranheza a continuidade dos projetos no momento absurdos, porque não têm o estudo devido das comunidades envolvidas e nem sequer a programação efetiva do uso dessa energia gerada.

Mas, se o Rio Grande do Sul ocupou aproximadamente 5 minutos do Jornal Nacional para o seu protesto, que diria o Paraná que ainda continua com 57 usinas hidrelétricas previstas no seu território. Que apenas pelo levante de sua população, pela organização das massas, pela organização dos atingidos conseguiu até agora retardar temporariamente a usina de Salto Capanema.

Mas, enquanto isso acelera-se o processo de construção de tantas e tantas hidroelétricas. E aí está previsto para 1985 a construção de Ilha Grande com o alagamento de três vezes superior ao alagamento de Itaipu e, após toda a movimentação feita no Paraná, o cronograma de obras continua a evoluir normalmente e nós teremos a construção desta Usina com todo o descaso que está merecendo o Paraná por parte da ELETROSUL.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quantas teses levantadas, pagamentos de "royalties" ao Paraná pela construção da Usina de Itaipu, pagamentos de "royalties" constantes do contrato da Binacional Itaipu que diz explicitamente: — "o montante necessário para o pagamento dos "royalties" as altas partes contratantes, calculados no equivalente de 650 dólares dos Estados Unidos da América por Kilowatt hora gerado, e medido na Central elétrica, este montante não poderá ser inferior anualmente a 18 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, a razão da metade para cada alta parte contratante, o pagamento dos "royalties" se realizará, mensalmente pela moeda disponível pela Itaipu".

Senhor Presidente, e Senhores Deputados, o contrato de Itaipu estipula o pagamento, mínimo de 18 milhões de dólares para o Brasil e para o Paraguai, mas o Brasil, como sempre, concentrador e guloso, no seu Governo Federal, explora o Paraná nas suas terras alagadas, gera mais famílias de trabalhadores sem terra, diminui a nossa produção e o nosso imposto, nos joga nos ombros o encargo social para fazermos frente aos trabalhadores que ficam sem terras, mas se nega, peremptoriamente, a nos pagar os "royalties" que o Paraná fez gerar por Itaipu, e ainda, recentemente, o Governador José Richa, numa de suas viagens a Brasília tratou diretamente do assunto e uma vez mais a ELETROBRÁS

nega do Paraná os "royalties" que tem de direito!

Eu espero, sinceramente, que a imprensa paranaense, que os políticos paranaenses, que os empresários paranaenses, que a população do Paraná não esqueça de continuar, em 85, brigando pelo seu direito, mais legítimo, de ter compensações por aquilo que está perdendo. Mas, mais do que isso, que tenhamos a coragem de enfrentar, de peito aberto, e defender a integridade do solo paranaense cada vez mais para tentarmos bloquear a construção das usinas que ainda se tenta construir no Paraná.

Nós podemos conversar, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre Ilha Grande, não é possível que o Paraná venha a ceder este vasto território para construir Ilha Grande sem nada receber em retorno!

E mais uma vez, amparado no Tratado da Binacional Itaipu que nós voltamos a insistir na Ferrovia da Soja, porque, Srs. o Parágrafo 17 desse tratado diz: "assinalam a importância de que se revestirão, para as comunidades entre o Brasil e o Paraguai o Estudo de viabilidade a serem efetuados pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro do Brasil, com o propósito de estabelecer uma interconexão do Brasil, através de um ponto na fronteira de ambos os Países", ao mesmo tempo, expressam os seus desejos de que o referido estudo contemple a possibilidade de eletrificação do sistema.

Portanto, a Ferrovia da Soja, não está nascendo de nenhum paranaense, a Ferrovia da Soja, faz parte da intenção do Brasil e Paraguai quando da assinatura do Contrato para a construção da Usina de Itaipu. Sem isso, ainda, nós, precisamos lembrar, neste Parlamento, que não seja esquecido o direito paranaense de que mais do que 250 milhões de dólares é o que o Governo Federal deve ao Estado pela construção da Central do Paraná, e seria este também, aproximadamente o custo da construção da Ferrovia da Soja, ligando Guarapuava, Cascavel, Guaíra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se voltamos a insistir neste assunto é porque achamos que não podemos parar com o Encontro paranaense de Hidroelétricas que fizemos, não pode ser o final de um movimento. Aquele encontro tem que ser o início da conscientização do povo paranaense, para fazer frente aos absurdos da espoliação a que esteve e está sujeito a cada instante, por parte da ELETROSUL, da ELETROBRÁS e do GOVERNO FEDERAL. Nós gostaríamos que, da mesma forma como o Rio Grande do Sul, durante tanto tempo, manteve as suas hidroelétricas em estágio de não construção, devido a pressão da sua população, que nós, no ano de 85, mobilizássemos, através da classe política, as populações, principalmente as interessadas do Paraná, para que não venhamos a permitir a continuidade dos absurdos a que estamos sujeitos, se nada fizermos.

Muito e muito já foi dito sobre o nosso direito; muitas e muitas vozes se levantaram, mas até agora nada de concreto conseguimos.

O seminário Nacional de Energia realizado em Curitiba, para programa do Governo Tancredo Neves, citou também, entre as formas de energia, a hidrelétrica, levantando a preocupação paranaense com a construção indiscriminada de barragens em seu território.

Precisamos através desse encontro, fazer o processo de iniciação da grande campanha paranaense em defesa de seu território. Não podemos transformar o Paraná, um Estado essencialmente agrícola, num grande lago, para cultivarmos peixes e gerarmos energia, que não precisamos, e da qual na sua própria geração, a nossa empresa paranaense, a COPEL está espoliada, porque a concessão é da ELETROSUL para vender energia paranaense a outros Estados da Federação.

Queremos rediscutir isso.

Pedimos à própria imprensa paranaense que sempre esteve ao lado das causas paranistas, que mantenha a campanha em favor do Paraná, para que nós não venhamos a entrar em 1985, com mais a construção de uma usina dispensável no tempo, ociosa, sem preparo, sem estudo, sem discussão, prejudicando a riqueza do nosso território.

O Sr. José Fonseca — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Caíto Quintana, antes de mais nada, queremos cumprimentá-lo pelo pronunciamento desta tarde, e principalmente, cumprimentá-lo por sua luta contra esta política do Governo Federal de não só querer inundar o nosso Paraná, mas também o nosso amado Rio Grande do Sul, e acredite, Deputado Caíto, esta luta que Vossa Excelência tem travado, também junto com as pessoas interessadas que moram nesses municípios, acredite Vossa Excelência que essa luta não será em vão. Esperamos que, a partir do ano que vem, com essa nova abertura democrática que toda sociedade organizada anseia, de uma nova política energética seja discutida neste

País, e seja discutida com a participação popular. Essa prática, nos últimos anos, não tem acontecido, haja visto a megalomania que foi tomada nesses últimos 20 anos, com grandes construções, num exemplo típico da minha região, com a construção da hidrelétrica de Itaipu, onde não foi consultada nenhuma comunidade, atingida por essa hidrelétrica, muito embora nós saibamos dos grandes benefícios que ITAIPU ainda vai gerar, mas que, infelizmente, só gerou desgraça, principalmente para os agricultores do extremo oeste do Paraná, que, ainda hoje, infelizmente, estão acampados aqui em frente ao INCRA e que, apesar das gestões que todos nós temos feito, esse pessoal ainda não tem o reassentamento prometido, mas, apesar das dificuldades, nós estamos convidados, aproveitando a oportunidade, para ir hoje, à tarde, no INCRA, mais uma vez, cobrar esses estragos que foram feitos por essas construções quando não foram construídas com a maioria da população.

Então fica aqui o meu apreço à sua luta, aos seus pronunciamentos. Continue Deputado, e continue com o apoio deste Deputado, não só pelo fato de residir nestas regiões atingidas, mas principalmente, por saber o que significa a inundação dessas hidrelétricas. É necessário que se dê um basta, mas, principalmente numa nova política, que se discuta com o conjunto da sociedade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço o aparte,

Deputado José Antônio Fonseca. E lembra bem Vossa Excelência quando diz do descaso com o ser humano. Muitos e muitos dos agricultores hoje sem terra no Paraná, têm alguma coisa a ver na sua origem com os alagamentos indiscriminados do nosso território. E nós, hoje, estamos sujeitos a alagar novamente mais aproximadamente dois mil e quinhentos metros quadrados de terra, com Ilha Grande. Afastando mais e mais trabalhadores da terra. Mas isso nos parece que não tem importância aos homens que estão regendo a política energética da Nação, porque agora, recentemente, na última Revista "Veja", na campanha programada, a ELETROSUL, para tentar vender a imagem dos benefícios das hidrelétricas, eu via páginas da revista "Veja" descrevendo Itaipu, dizendo da importância da Itaipu, na criação de lagos artificiais para que as pessoas possam tomar banho, e entre elas Deputado Fonseca a declaração de um comerciante de Santa Helena, dizendo, que havia prosperado muito o comércio, porque ele que vendia normalmente dois biquínis em época de temporada, agora, neste início de verão já havia vendido mais de quarenta. São, então, quarenta biquínis para as pessoas que tomam banho exatamente é custo de oitocentos quilômetros quadrados de terra fértil do Paraná, e de dezenas e milhares de pessoas que perderam a sua terra, o seu lar e a sua esperança.

Mas, o Paraná já realizou o Encontro Estadual de Energia Elétrica. Já realizou, sob a coordenação da Fundação Pedroso Horta, do Diretório Regional do PMDB, o Encontro Nacional de Energia, e no ano que vem, por certo, continuaremos nesta trincheira, procurando defender o interesse de que se permita terra paranaense para o cultivo da agricultura, para o assentamento de agricultores, e não para exploração de hidrelétrica que no momento é totalmente dispensável ao nosso Estado, principalmente, que nada recebe de retorno.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, o outro assunto merece destaque no dia de hoje, principalmente para nós Deputados, representantes de Área de Segurança Nacional, que durante muitos anos sofremos na carne a imposição de Prefeitos nomeados, descaracterizados com os problemas da sociedade, muitos deles nem sequer residem nos municípios onde estão administrando, uma luta árdua, protestos, palavras, reuniões, decepções em cima de decepções. O estrangulamento do crescimento dos municípios, pelo estrangulamento da participação, da sua comunidade, no processo político que tem como alvo maior a

escolha do Prefeito no seu devido município.

Nós desta Casa fomos em audiência com o futuro Presidente Tancredo Neves, que nos havia prometido eleições diretas para os municípios de Área de Segurança Nacional, ainda no ano de 1985. Antecipando-se à promessa do futuro Presidente, no dia de ontem o Presidente João Baptista Figueiredo assinou um Decreto restabelecendo eleições diretas em 74 municípios do Brasil, dos quais o Paraná tem oito que terá, novamente, a sua autonomia política. Em 180 dias, após a publicação desse edital, desse Decreto, nós estaremos em processo eleitoral pela vez primeira, já há mais de vinte anos nos municípios que tiveram a sua autonomia municipal castrada pelo ato do arbítrio da revolução de 1964. A esperança, portanto, volta a esses municípios, pelo menos a esses oito. Mas a certeza aqui, desta tribuna, que com a posse de Tancredo Neves, nós estaremos lutando, para que municípios como Guaíra, Foz do Iguaçu e Barracão, que não foram contemplados pelo decreto, que deu autonomia aos municípios do Paraná, venham a ter também a sua autonomia, e nós possamos ainda no ano de 85 tirarmos dos ombros da política brasileira, esta vergonha de pensarmos que Segurança Nacional se faz através de prefeitos biônicos, nomeados, descaracterizados e descomprometidos com a causa popular. Eu acredito, portanto, que todos nós que residimos, representamos os municípios de Área de Segurança Nacional temos no dia de hoje uma razão de justo júbilo, porque afinal de contas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós haveremos de entrar num processo eleitoral.

O processo que o PMDB pregou, o processo que o PMDB quer, o processo da disputa partidária, o processo de que vá para o comando da Prefeitura, de qualquer Partido, mas, o homem escolhido pelo voto direto dos seus municípios, que conheçam a sua conduta, a sua vontade de trabalhar, e que além de tudo, conheçam o seu programa mínimo de Partido, para que ele possa fazer uma administração voltada aos interesses populares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta causa foi uma luta muito grande. Muitos e muitos homens públicos, muitos e muitos companheiros da Oposição gastaram o seu tempo, cumpriram o seu tempo político, foram embora dos municípios, por não acreditar mais na possibilidade do seu desenvolvimento; muitos perseguidos por regimes discricionários implantados na sede dos municípios; muitos desiludidos pela possibilidade de participação política no Comando Maior, do Executivo Municipal.

Estes homens todos, no dia de hoje precisam ser homenageados nesta tribuna, porque foi essa luta de 20 anos incessante, contínua, de tantos e tantos, que fez enxergar o absurdo deste regime discricionário, que estava a tirar dos homens da fronteira, a possibilidade de exercer o legítimo direito, de votar livremente para eleger o seu Prefeito.

Por isso, companheiros Deputados, nós temos certeza, que o processo de eleição está deflagrado nestes municípios. Nós temos certeza, que continuaremos a pedir a Tancredo Neves, para que os três municípios que

ficaram fora do decreto, também tenham eleição em 85. Mas, nós temos certeza uma vez mais e, definitivamente, que a partir de agora, a nossa mocidade da fronteira terá mais interesse na participação política; terá mais motivo para lutar politicamente pelas suas comunas, porque agora, lhe é devolvido após um estágio de 20 anos, o seu direito maior, que é de poder, pelo seu trabalho, pela sua conduta, pela sua participação, granjear o posto maior da administração municipal, para poder servir a sua comunidade.

Os municípios da fronteira sudoeste que represento, os municípios da fronteira oeste que são representados por dignos companheiros nesta Casa, por certo haverão de pôr em prática todo compromisso assumido durante muitos anos. O compromisso principal que está faltando na fronteira, de que haja um perfeito entrosamento entre a administração pública e a população. Haveremos de inaugurar, a partir de 85, o tempo da participação popular nas Prefeituras da fronteira oeste, sudoeste do Paraná.

Haveremos de abrir nos municípios de Área de Segurança Nacional, o diálogo, como o Paraná inaugurou essa abertura, com a eleição de José Richa.

Haveremos de estar presentes nos palanques, com os companheiros presentes nos palanques com os companheiros junto com a população, programando um programa mínimo de administração para que possamos no desenvolvimento dessa política social que pretendemos fazer com que o povo tenha vez e tenha voz junto às Prefeituras. Por isso, companheiros, ao registrar esse decreto presidencial que devolve a autonomia que a própria revolução no seu nascedouro nos tirou e que agora no seu acaso nos devolve. Nós temos a certeza que uma grande campanha foi vencida, uma grande batalha nós conseguimos vencer. Os nossos municípios serão mais autônomos, os nossos municípios terão condições de prosperar mais porque haverão de ser administrados com uma administração municipal consciente da validade da participação popular.

Por isso quero registrar a minha satisfação e aproveito para fazê-la também no nome dos demais deputados com assento nesta Casa e representantes de área de Segurança Nacional, no ocaso da revolução, pela certeza de que um Governo democrático que está surgindo iria nos dar essa prerrogativa que é um direito que temos, nos devolve a autonomia e nós faremos dessa autonomia, a alavanca maior do progresso dos municípios da Área de Segurança Nacional do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Reassume a Presidência da Mesa o Senhor Deputado Nestor Baptista).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Inicialmente fará uso do horário o Deputado Nelson Vasconcellos e posteriormente, Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Com a

palavra o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vimos à tribuna numa véspera de Natal, principalmente para congratularmos com todos, principalmente parabenizar a Comissão Executiva da Assembléia, o nosso Presidente Trajano Bastos; o nosso 1.º Secretário Gernote Kirinus; o nosso 1.º Vice-Presidente Nestor Baptista; o nosso 2.º Secretário, Deputado Francisco Escorsin; o nosso 2.º Vice-Presidente Werner Wanderer e o nosso 3.º Secretário, Dirceu Manfrinato, pela maneira que conduziram esta Assembléia, durante este período. Foi um período de discussão, de luta, de polêmica, mas que essa Comissão Executiva soube conduzir na perfeita ordem.

Parabenizar a Bancada do PDS pela maneira aguerrida que se conduziu nessa Assembléia e sobretudo quero aqui me orgulhar da minha Bancada do PMDB, porque na última sessão, tivemos um deputado que disse que se envergonha da sua bancada e eu quero dizer que eu me orgulho da minha bancada.

Essa bancada que tem mantido coerência, luta e sobretudo saber que ela hoje é Governo. Então aqui eu quero reprovar aquilo que eu escutei do meu colega, dizendo que se envergonhava. Eu me orgulho dessa bancada. São homens de bem.

São homens que têm procurado dar tudo de si em defesa dos postulados do nosso programa de Partido. Não é onde nós divergirmos de uma idéia e que venhamos ser tachados de envergonhadores de uma bancada.

Por isso nobre Deputado, eu acho que quando a gente se envergonha dos companheiros, a gente se retira destes companheiros. Veja os companheiros formados em blocos, porque nós não estamos aqui por vontade própria, nós estamos aqui por vontade de milhares de brasileiros, de paranaenses que nos trouxeram aqui. E é esse pessoal, é este povo que nós temos como nosso legítimo patrão.

Quero parabenizar também o nosso Líder Nilso Sguarezi, que enfrentou um período nesta Assembléia muito difícil; um período em que havia até certa inexperiência de muitos parlamentares como neste fato de antes de ontem, quando um parlamentar dizia: "envergonho-me da minha bancada". Pois eu acho que quando a gente se envergonha de seus companheiros, a gente retira-se do meio desses companheiros.

Nilso Sguarezi, nobre Deputado, meus parabéns pela sua atuação, que nós assiduamente frequentamos as reuniões de bancada, reuniões deste parlamento, porque nós estamos aqui para cumprir uma obrigação, a obrigação que o povo nos delegou. E esta obrigação nós vamos ter que levar até o fim. Não é elementos derrotistas, elementos que venham de encontro aquilo que é o princípio do povo brasileiro, que é o da paz, da concórdia, da discussão, do diálogo e do respeito. Porque nós estamos aqui lutando, tanto a Bancada do PMDB como a Bancada do PDS, para delegarmos aos nossos filhos uma Pátria livre e soberana, economicamente forte e principalmente socialmente justa.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência permite

um aparte? (Assentimento ao orador) - Gostaríamos de cumprimentar-lhe, nobre Deputado, no encerramento dos trabalhos, praticamente no encerramento dos trabalhos desta Assembléia Legislativa, Vossa Excelência como um dos vice-líderes ocupa a tribuna para uma manifestação válida, indiscutivelmente. E notamos a sua preocupação e a sua dor até, de termos utilizados lamentavelmente na reunião de ante-ontem. Mas nós queremos dizer a Vossa Excelência, nós que o conhecemos já há alguns anos, há vinte anos quem sabe e Vossa Excelência tem razão quando preocupa-se com termos pejorativos endereçados à bancada e consequentemente a Vossa Excelência, a Adhail, a Mário Pereira, a Ferrari Júnior e todos os companheiros.

E Vossa Excelência toma a defesa desses mesmos companheiros e recebe a defesa de Vossa Excelência, Deputado Nelson Vasconcellos, é gratificante, porque às vezes a pessoa sentir vergonha de uma bancada não deveria ser dessa forma. Deveria sentir vergonha de sua ideologia.

Então nós queremos cumprimentar-lhe por sua participação nesta tribuna e dizer que por certo água: levará tudo isso e o tempo se encarregará de cobrir ou de apagar aquela tarde realmente lamentável que tivemos neste Plenário. Mas Vossa Excelência, homens como Vossa Excelência, engrandecem este Plenário e esta Assembléia. Ilustres Parlamentares como Vossa Excelência e como os ilustres Parlamentares do PMDB e do PDS, os Deputados desta Casa, só têm dado motivos para nós particularmente nos orgulharmos. Eu particularmente quero dizer que me orgulho de Vossa Excelência; que me orgulho da Bancada do PMDB em seu todo; da Bancada do PDS e de tudo o que representa esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Agradeço, nobre Deputado Ferrari Júnior, e tenha a certeza, estamos aqui nesta hora, nesta tribuna, porque conhecemos os nossos companheiros, e principalmente Vossa Excelência, nobre Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, elogiar Vossa Excelência seria até desnecessário. Mas nós que conhecemos, de longa data residindo no município de Umuarama, que sabemos da sua formação, da sua dignidade, da sua compostura principalmente aqui neste Parlamento, pela seriedade nas posições que toma e que é cumpridor do dever de Deputado no Paraná, queremos nos associar com este brilhante pronunciamento que Vossa Excelência faz, principalmente elogiando aos companheiros da Mesa Executiva e ao nosso grande Líder Nilso Sguarezi que desde 83 - 84 passou as horas mais amargas, mais difíceis, às vezes incompreendido, mas felizmente findamos este ano de 1984. E através da luta destes companheiros, que me orgulho também de pertencer a esta Bancada do PMDB, esta bancada que traz hoje o fruto, o reflexo de um trabalho neste Parlamento e que vem trazendo ao povo deste Estado dias melhores. E que preocupa, na forma de entrosamento, uma tranquilidade para nosso Estado.

Associo-me também com a Bancada do PDS

que cumpre a sua missão de Parlamentares, que o povo confiou em 1982. Parabenizo neste instante a todos os Deputados desta Assembléia Legislativa, a todos os funcionários deste Poder Legislativo. Através destes funcionários, tivemos as condições para um desenvolvimento de trabalho compatível com o Paraná. Parabéns pela brilhante colocação que faz nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Obrigado

Deputado Dirceu Manfrinato, que é da minha região, atuante e que merece todo o nosso respeito.

O Sr. Mário Pereira - Permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Vasconcellos, o episódio ocorrido segunda e terça-feira passadas, está felizmente superado. O Deputado Anibal Khury ao apresentar a sua emenda, através de um Substitutivo à Mensagem do Governador, dá direito a que cada um dos Deputados possa interpretá-la das mais diversas formas.

Mas a grande verdade é que os três funcionários do Tribunal de Contas em questão não eram companheiros partidários do PMDB. Eram homens nomeados por Governo do PDS e que, por uma decisão do Supremo Tribunal que não analisava a questão deles, e sim a aposentadoria de 15 anos, deveriam perder a sua função naquele Tribunal. O Deputado Anibal Khury, entendendo que não eram eles os culpados da situação, através de sua emenda, os colocava em disponibilidade, figura esta existente no Estatuto do Funcionário Público do Estado do Paraná.

Quero debitar, nobre Deputado Nelson Vasconcellos, esta reação a uma reação do Estado do Paraná. A super-estrutura administrativa, a super-máquina hiperdimensionada e mal dimensionada do Estado do Paraná. E quero aproveitar esta oportunidade que Vossa Excelência me dá, em função deste episódio, para conchamar à Assembléia Legislativa, a que passemos a estudar esta estrutura administrativa que, por sua inércia muito grande, que responde muito lentamente a qualquer estímulo externo e que diversos exemplos, Deputado Nelson Vasconcellos, fazem com que nós fiquemos a pensar se não pegamos aqueles três cidadãos como "bodes expiatórios"; se há revolta contra a estrutura do Tribunal de Contas; se há claramente entre a necessidade de professores do Estado teoricamente que seriam de 27 mil com relação às horas aulas ministradas, efetivamente, pelo Estado e temos 59 mil funcionários da Secretaria de Educação e vamos fazer o concurso para mais 10 mil.

Se verificarmos que o DER tem 6 mil funcionários e nenhuma empresa no mundo subsistiria comparando número de funcionários às horas máquinas, efetivamente, colocadas à disposição da conservação de estradas do Paraná; se nós verificarmos que o órgão CETAS em Cascavel tinha uma despesa administrativa, em agosto deste ano, de 3 milhões e 200 mil cruzeiros, para dar 600 mil cruzeiros de benefícios em passagens e óvulos; e quando denunciei acabou sendo fechado essa pequena gota nessa super-máquina mal dimensionada do Estado, quem sabe, isto que a Assembléia pode tentar resolver, que eu quero informar ao nobre Deputado Nelson Vasconcellos, que já da minha parte já montei uma equipe para analisar esta super-estrutura, para no ano que vem me dedicar exclusivamente

à isso. Faltam funcionários em muitos setores e tropeçam-se os funcionários em outras.

E esses três cidadãos que não consomem o que consome a máquina administrativa, 70% dos 4,3 trilhões de cruzeiros e que em qualquer tentativa de mudança formam-se "lobes" e que nós - e aí a nossa meia culpa - e que nós nos engajamos nesse "lobes" para impedir qualquer reforma administrativa, qualquer melhoria nesta máquina emperrada, inerte.

Esses três, na minha opinião, foram realmente os bodes espiatórios desta situação insustentável.

Eu agradeço a oportunidade nobre Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Eu agradeço nobre Deputado Mário Pereira o seu aparte. É um Deputado que muito engrandesce a nossa Bancada do PMDB.

Mas, para terminar, pois o nosso líder tem um pronunciamento a fazer, quero dizer mais uma vez da minha honra de pertencer à Bancada do PMDB. De pertencer à bancada, a esta Assembléia e desejar que neste Natal, seja um Natal de reflexão; um Natal de meditação; um Natal feliz para todos os parlamentares, para todos os funcionários desta Assembléia e que possamos começar um ano de 85 sobre uma nova estrutura, não só política, mas sobretudo de paz, de amor e de concordia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Concedo a palavra por 14 minutos, no Horário da Liderança do PMDB, ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente Senhores Deputados.

Inicialmente, meu agradecimento pelas palavras elogiosas, e acredito merecidas, que o nobre Deputado Nelson Vasconcellos teceu a nossa pessoa.

Senhor Presidente Senhores Deputados. (Lê):

"Árvore doente não gera frutos sadios.

Por ter sido hediondo e funesto, o sistema de mando implantado a partir de 64, outra criatura não poderia gerar, se não esta, que contra tudo e contra todos, lança mão dos mais torpes meios para atingir suas pretensões, agora inacançáveis. Sabidamente, a Nação não cometerá o pecado de provar da maçã podre, preferindo atirá-la ao lixo.

Na Bíblia escrito está que "a árvore que não der bons frutos, deve ser cortada e lançada ao fogo". O povo renegou o Regime e seus frutos.

Mostra isto a ridícula posição do Deputado Paulo Maluf, que a cada dia que passa, deixa de ser candidato do seu Partido, para ser candidato de si próprio. Dele, exclusivamente dele, eis que não conta com o aval da população brasileira. Dele, exclusivamente dele, eis que a cada dia que passa, os poucos correligionários seus, com direito, a voto no Colégio Eleitoral, encaminham-se ao seu já vazio e desguarnecido quartel general, para lhe comunicar a tomada de novos rumos ou lhe perguntar onde fica a porta da saída.

Por outro lado, é inegável a tranquilidade que cerca os caminhos do candidato das Oposições, o ex-Governador Tancredo Neves.

Já segura fortemente o timão deste barco que se chama Brasil, até então à deriva, prestes a escangalhar-se nos rochedos. Não serão frágeis procelas que o farão desviar da rota em busca de um porto seguro.

Mãos firmes preparam a travessia do Senhor Tancredo Neves.

Mãos calejadas, guiadas pelas consciências que nunca titubearam em resistir às estocadas do arbítrio e da prepotência. Certamente o Senhor Tancredo Neves não desmerecerá ou minimizará a luta travada nestas duas décadas, primeiramente pelo MDB, atualmente pelo PMDB. Este partido, no decorrer de sua existência, teve sua infância limitada pelas paredes escuras das catacumbas, tal como o cristianismo em sua gênese. Os primeiros militantes do MDB eram, praticamente, como se leprosos fossem, rechaçados pela comunidade até então anestesiada. Assinar uma ficha de filiação era uma temeridade e a pregação das nossas idéias era à boca pequena, em surdina.

Por combater o bom combate a nossa legião foi se desenvolvendo, nossas fileiras se agigantando.

Já em 1974, surpreendíamos a Nação e até a nós mesmos, com os números atingidos naquele ano. O Sistema tremia em suas bases e, receoso, lançava mão dos mais sórdidos e descabidos ardis, vibrados para estancar o nosso avanço.

A legislação eleitoral é modificada ao bel prazer dos donos do poder. Recrudescem o número de cassações, de banimentos e de toda sorte de atentados à integridade física e individual dos que ousavam brandir as armas da resistência. Armávamo-nos com palavras e idéias, e lutávamos contra espadas, atos institucionais, decretos draconianos. A nossa Carta Magna era transformada em álbum de figurinhas mal coladas.

O PMDB, por tudo o que foi e o que representa, cristalizou-se como canal das mais essenciais mudanças ansiadas pela Nação.

É hoje, um Partido que, nestes vinte anos, pregando teses enfeitadas e repelidas, viu-as absorvidas: a anistia, a derrubada do AI - 5, o perseguimento das eleições diretas em todos os níveis da administração pública, e, entre outras, a que hoje galvaniza, desde as inteligências mais consequentes até os perfis mais conservadores - a Assembléia Nacional Constituinte.

É hora de repetir que o candidato do PDS naufraga porque turvou suas próprias águas, poluindo seu próprio Partido.

Daí resulta que a solidez da presença do Partido na vida política se deve ao seu Programa, ao seu Estatuto e ao compêndio das teses pelas quais luta. É necessário frisar, então, ser o Partido que dá sustentação ao candidato, e não o inverso. Prova simples dessa afirmação é o número de políticos que não se elegeram por terem mudado de palanque.

Se o PMDB atingiu suas atuais dimensões, é porque, nestas duas décadas de anos, portou-se como um conduto para o qual convergem as grandes aspirações da sociedade e desenvolveu uma ação para concretizar essas aspirações. É porque portou-se com seriedade, empalmando reivindicações, denunciando, propondo soluções, desfraldando bandeiras. Por isso, sua presença é vivíssima, sentida em todos os mais de quatro mil municípios da Federação.

Temos propostas concretas, já nas mãos do futuro Presidente. São resultantes de inúmeros encontros, simpósios, seminários, debates, mesas redondas. São documentos frutos de discussões das quais participaram todos os segmentos sociais que, de maneira séria e madura, coerente e objetiva, apontam os rumos a serem seguidos pelo futuro Governo Democrático.

Portanto, o PMDB do Paraná está entregando e entregou há poucos dias, por escrito, como todos os segmentos do Partido a nível nacional por escrito, ao Senhor Tancredo Neves, um autêntico decálogo de propostas que mostram soluções para problemas que vão desde a ocupação da terra, política energética, meio-ambiente, desemprego, saneamento, até a questão tratada recentemente e em sua presença, que é a excessiva presença do Governo na vida econômica da Nação.

Assim, após sua posse, se o novo Governo, que conta com o amparo das forças conservadoras, também não assumir ou avançar as linhas programáticas do PMDB, nossa sustentação política a ele hipotecada terá sido de balde.

Toda a Nação é testemunha viva e presente do que defendemos e pelo que propugnamos durante vinte anos, e não será este nefasto Colégio Eleitoral, veneno do qual somos obrigados a nos valer para matarmos a cobra a nossa espreita, que irá turvar a visão e os compromissos historicamente assumidos e desenvolvidos pelo PMDB.

No entanto, conhecendo sobejamente o perfil incomensurável e incensurável do ex-Governador das Minas Gerais, candidato da Aliança Democrática, folgamos e não nos acomete temor algum quanto ao futuro político e administrativo que está por chegar.

Quando firmamos um pacto com um estadista da envergadura de Tancredo Neves, emitimos e depositamos, não nas urnas do Colégio e sim nas urnas abertas, nas urnas cívicas que vimos abertas nas grandes concentrações, o nosso voto de confiança. Não serão, portanto, os que endossaram servilmente as tristes manobras que quase fazem soçobrar esta Nação e que hoje travestem-se de democratas, os que conseguirão desviar o ideário patriótico que norteará os pensamentos, as palavras e, sobretudo, as ações do próximo Presidente, o doutor Tancredo de Almeida Neves.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao alinhar estas colocações, no final desta sessão legislativa, notei-as respaldadas pelo noticiário recente dos jornais, dando conta da euforia que passa a dominar os meios empresariais, ao tomarem ciência do elenco de medidas propostas pelo "grupo dos seis", que prepara o programa econômico do Governo Neves.

A divulgação das linhas básicas que regerão o comportamento financeiro do governo vindouro, aplaudidas unanimemente pelos mais expressivos líderes das diversas representações do empresariado, tiveram como ressonância altamente positiva, a maior movimentação já registrada nas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e São Paulo. As operações dos dois pregões - os mais longos na história das duas entidades - ultrapassaram incrível e fantástica soma de 2,6 trilhões de cruzeiros.

A presença de um civil na Presidência da República, depois de um longo período de mando

militar, logicamente haveria de provocar o estado de espírito que domina a Nação, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, da aridez do Nordeste aos parques industriais de São Paulo, dos campos de produção do Sul à bravia Amazônia.

Cumpra-no, agora, lembrar que o candidato das oposições vinha sendo até então, sistematicamente criticado pelo seu opositor, que o acusava de não enunciar nenhum programa de governo. Enquanto isto, o Deputado autor do discurso mais caro do Parlamento nacional, distribuído abundantemente, folhetins pontilhados de promessas eleitoreiras. Seus panfletos são uma série de pontos óbvios que marcam a ausência de seriedade daquele postulante à Presidência da República.

Quanto a estes considerandos, o Governador José Richa dizia, em alto e bom som, que qualquer planejamento sério só pode ser realizado quando se conhece a intimidade do poder.

O Senhor Tancredo Neves está planejando seriamente. Para montar as linhas mestras do seu Governo, está reunindo as considerações emanadas do Simpósio Nacional sobre Agricultura e Meio Ambiente, promovido pelo PMDB num cenário apropriado: o Estado do Paraná, que responde, sozinho, por mais de 25 por cento de tudo o que se produz no campo neste País, e a primeira unidade da Federação a editar e colocar em execução um Programa Estadual de Meio Ambiente.

O candidato da Aliança Democrática acolheu também o "Grito do Campo". Mais que um grito, foi o clamor dos gaúchos dedicados à agropecuária, preocupados com a descapitalização do setor.

O ex-Secretário da Agricultura do Governo Montoro, o agrônomo José Gomes da Silva, em artigo especial para um jornal paulista, assinala ser esta a forma ideal e correta para se efetivar um programa, isto é, colhendo proposições nos locais onde os problemas são vividos. Disse, por exemplo, que seu Estado é a mesa ideal para se discutir a política sindical, que a questão nordestina deve ser debatida lá no agreste, onde nossos irmãos amargam o drama da seca, que é a causa de todo o seu depauperamento. A obra "Eu Prometo", assinada pelo pretenso teatrólogo pedessista foi redigida no País chamado "Moro onde não mora ninguém".

Isto posto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, insisto no determinante trabalho desenvolvido pelo PMDB, que abriu a administração da coisa pública a quem de direito, isto é, ao povo.

A Constituinte, por exemplo, é uma flâmula mastreada pelo PMDB com o respaldo da OAB, dos Advogados de todo o Brasil, e abraçada por todos os segmentos sociais.

O Senhor Tancredo Neves está cômico das exigências que lhe imporemos, e a elas se mostra receptivo, dado que partem desde a convocação da Constituinte até a negociação firme da dívida externa, de forma que ela não comprometa a nossa pálida situação social e econômica. Um decisivo apoio à agricultura, uma política de produção de alimentos para o consumo interno, e não para engordar os rebanhos bovinos europeus e americanos, uma política nacional de emprego, reformas fiscais e tributárias, eis que a abertura não chegou à área financeira com o centralismo provocando o estado

alimentar dos Estados e Municípios.

Cobramos dele a aplicação do Estatuto da Terra. Pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais deverão ser objeto de todo apoio imaginável.

Será preciso deitar por terra, ou melhor, sepultar a tese delfiniana que vigora desde 1980, estabelecendo que o equilíbrio do balanço de pagamentos deva ser feito através de constantes "superavits" comerciais.

Concluo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, repetindo que o PMDB perseverara o seu Programa como Diretriz maior para respaldar o futuro Governo.

Temos consciência da responsabilidade com que arcamos ao integrarmos uma frente tendo o doutor Tancredo Neves como líder maior.

Prestigiamos sua liderança, pois carecemos de estadistas, de comandantes, não!

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 175/84), que objetiva aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei n.º 7.297, de 08/01/80, com redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04/07/84, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Mensagem do Senhor Governador do Estado, de n.º 290/84, solicitando medidas necessárias no sentido de que a Mensagem n.º 175/84, com o respectivo anteprojeto de lei, seja restituída a este Poder Executivo. À Diretoria Legislativa, para atender.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 377/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 285/84), que objetiva alterar a redação do art. 2º e de seu parágrafo único, da Lei n.º 7.813, de 29/12/83. (Autorização no sentido de que o Poder Executivo possa realizar operações de crédito,

bem como a prestar garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos e externos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 378/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 287/84), que objetiva alterar a Tabela de Taxas a que se refere o Art. 25 (itens 9. 1. 13 e 14. do Anexo 1), da Lei n.º 7.811, de 29/12/83. (Taxa de serviços cobrados pelo DETRAN). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 379/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 288/84), que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.305.000.000 (dois bilhões, trezentos e cinco milhões de cruzeiros) alterando o vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 328/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 237/84) que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21/05/69, modificada pela Lei n.º 7.732, de 07/10/83 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando dispensa de redação final dos Projetos de Lei n.ºs 377/84, 379/84 e 328/84, constantes da Ordem do Dia desta data, oriundos das Mensagens Governamentais n.ºs 285/84, 288/84 e 237/84, respectivamente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Diogo Egeia Benitez, ocorrido no dia 17 de dezembro do corrente ano, no Município de Marumbi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Dias, ex-Vereador do Município de Jandaia do Sul, ocorrido no dia 19 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei n.º 375/84, e que não sofreu emenda na sua tramitação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Chefe da Casa Civil, encarecendo informações acerca dos recentes espetáculos artísticos de Fafá

de Belém em diversos municípios do Estado, com participação inquestionável de certos órgãos estaduais. Rejeitado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

1 Senhor Deputado aprova; 13 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, da 21, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 378/84

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel e presença dos Senhores Deputados Edgard Pimentel, Fiori Luiz. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando-se em seguida a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações, passando-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o PROJETO DE LEI N.º 375/84 - de autoria do Governo do Estado - Mensagem n.º 284/84. Objetivando majorar, a partir de 1.º/01/85, os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, conforme especifica. Avocado pelo Senhor Presidente Odeni Mongruel, o qual deu parecer FAVORÁVEL. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião e eu Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente;

DIVA DO VALLE CAVALCANTI - Secretária.